

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BRAM, maior gestora privada de fundos de investimento do Brasil, une a experiência de mais de 70 anos do Banco Bradesco aos seus especialistas na gestão de fundos e carteiras administradas. Oferece soluções de investimentos diferenciadas e adequadas a todos os perfis de clientes, garantindo o mais alto padrão de qualidade em serviços.

No encerramento do exercício de 2017, a BRAM possuía sob gestão R\$ 666.652,7 milhões distribuídos em 1.187 fundos de

investimento e 216 carteiras administradas, atendendo um total de 3.295.548 investidores.

No exercício de 2017, a BRAM registrou Lucro Líquido de R\$ 80,1 milhões, correspondente a R\$ 8.596,38 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 450,8 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 17,76%. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

São Paulo, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2017	2016	2017	2016
ATIVO				
CIRCULANTE	541.141	446.938	92.663	66.134
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	321	-	92.663	66.134
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5)	512.230	420.384	761	-
Carteira Própria	512.230	420.384	53.176	38.614
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	28.590	26.554	38.726	27.520
Rendas a Receber	22.291	21.914	-	-
Diversos	6.299	4.640	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	16.938	17.675	17.752	30.134
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	16.938	17.675	17.752	30.134
Diversos	16.938	17.675	274	251
PERMANENTE	3.169	3.113	17.478	29.883
INVESTIMENTOS (Nota 7)	195	212	-	-
Participações em Coligadas e Controladas:				
- No País	73	90	450.833	371.458
- Outros Investimentos	334	334	190.000	167.000
Provisões para Perdas	(212)	(212)	260.833	204.458
IMOBILIZADO DE USO (Nota 8)	1.520	1.715	-	-
Outras Imobilizações de Uso	7.660	7.401	-	-
Depreciações Acumuladas	(6.140)	(5.686)	-	-
INTANGÍVEL (Nota 9)	1.454	1.186	-	-
Ativos Intangíveis	5.863	5.018	-	-
Amortização Acumulada	(4.409)	(3.832)	-	-
TOTAL	561.248	467.726	561.248	467.726

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				
	2º Semestre 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2017	2016	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.315	43.713	49.409	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	19.315	43.713	49.409	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.315	43.713	49.409	
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	47.752	102.626	49.260	
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 13)	143.402	275.017	172.448	
Despesas de Pessoal (Nota 14)	(64.358)	(113.318)	(73.578)	
Outras Despesas Administrativas (Nota 15)	(18.319)	(33.681)	(28.078)	
Despesas Tributárias (Nota 16)	(11.436)	(22.366)	(15.756)	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 7)	3	(17)	(32)	
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	943	1.227	216	
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(2.488)	(4.236)	(5.963)	
RESULTADO OPERACIONAL	67.067	146.339	98.669	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(3)	(3)	(7)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	67.064	146.336	98.662	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 20a e b)	(30.951)	(66.200)	(36.752)	
Provisão para Imposto de Renda	(20.585)	(35.560)	(24.730)	
Provisão para Contribuição Social	(17.989)	(30.208)	(20.370)	
Ativo Fiscal Diferido	7.623	(432)	8.348	
LUCRO LÍQUIDO	36.113	80.136	61.910	
Número de ações (Nota 12a)	9.322.059	9.322.059	9.322.059	
Lucro por lote de mil ações em R\$	3.874	8.596.38	6.641.25	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				
	2º Semestre 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2017	2016	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	67.064	146.336	98.662	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	624	2.115	1.856	
Depreciações e Amortizações	532	1.047	910	
Despesas com Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	63	269	907	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(3)	17	32	
Perda na Alienação de Bens e Investimentos	-	-	7	
Outros	32	782	-	
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	67.688	148.451	100.518	
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(73.006)	(91.846)	(59.239)	
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(2.107)	(1.730)	(12.079)	
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	17.680	(1.803)	21.380	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(9.952)	(51.630)	(30.895)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	303	1.442	19.685	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Alienação de Imobilizado de Uso	-	-	3	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(249)	(275)	(367)	
Aquisição de Intangível	(156)	(846)	(414)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(405)	(1.121)	(778)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	(19.052)	
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	-	(19.052)	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(102)	321	(145)	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	423	-	145	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	321	-	-	
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(102)	321	(145)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM" ou "Instituição") tem como objetivo praticar operações e atividades atinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco "Organização", sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da BRAM evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31 de janeiro de 2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Aparentação do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, e retornará à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros Totais
		Legal	Estatutária	Acumulados	
Saldos em 30.6.2017	190.000	19.383	205.680	-	415.063
Lucro Líquido	-	-	-	36.113	36.113
Destinações - Reservas	-	1.806	33.964	(35.770)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(343)	(343)
Saldos em 31.12.2017	190.000	21.189	239.644	-	450.833
Saldos em 31.12.2015	148.000	14.087	169.461	-	331.548
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12b)	19.000	-	(19.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	61.910	61.910
Destinações - Reservas	-	3.095	36.815	(39.910)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(22.000)	(22.000)
Saldos em 31.12.2016	167.000	17.182	187.276	-	371.458
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12b)	23.000	-	(23.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	80.136	80.136
Destinações - Reservas	-	4.007	75.368	(79.375)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(761)	(761)
Saldos em 31.12.2017	190.000	21.189	239.644	-	450.833

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

g) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano, sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

h) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por *software*, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionará uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais - Provisão Para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017, corresponde a disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 321 mil.

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Créditos tributários (Nota 20c).....	19.700	20.132
Impostos e contribuições a compensar.....	1.403	528
Devedores por depósito em garantia.....	1.305	1.316
Adiantamentos e antecipações salariais.....	588	271
Outros.....	241	68
Total	23.237	22.315

7) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Prejuízo	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação social % (1)	Valor Contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
						2017	2016	2017	2016
2b Capital S.A.	2.913.111	212.511	(2.916)	20.891	0,034811	73	90	(17)	(32)
Total						73	90	(17)	(32)

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores.

8) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa	Custo	Depreciação	
			2017	2016
Móveis e equipamentos de uso.....	10%	2.635	(1.919)	716
Sistema de segurança e comunicação.....	10%	1.143	(895)	248
Sistema de processamento de dados.....	20%	3.882	(3.326)	556
Total em 2017		7.660	(6.140)	1.520
Total em 2016			7.401	(5.686)

9) INTANGÍVEL

Os gastos com desenvolvimento de sistemas e *software*, com custo líquido de amortização correspondente a R\$ 1.454 mil (2016 - R\$ 1.186 mil), a amortização acumulada é de R\$ 4.409 mil (2016 - R\$ 3.832 mil).

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

1 - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das ações trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	172	860	5.854
Atualização monetária.....	82	16	217
Constituições líquidas.....	(27)	(21)	-
Transferências.....	-	(587)	-
Pagamentos.....	-	(203)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Nota 11b)	227	65	6.071

(1) Compreende, substancialmente, ao processo de execução fiscal de ISS junto à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da BRAM são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com essa classificação é a Autuação de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 16.412 mil (2016 - R\$ 15.453 mil).

d) A BRAM - Bradesco Asset Management S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, subsidiária integral do Banco Bradesco S.A., bem como doite de seus administradores, foram mencionadas no âmbito da chamada "Operação Greenfield" da Polícia Federal, por terem exercido, respectivamente, a administração e a gestão do Fundo de Investimento em Participações - FIP Ensaeada. Além da disponibilização de documentos, a Justiça determinou, no curso da referida Operação, o bloqueio de valores. Por conta disso, foi firmado um Compromisso, homologado pelo Juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, para liberação dos valores mediante o oferecimento de garantias até R\$ 104 milhões, sem o reconhecimento de qualquer responsabilidade civil ou criminal por parte das empresas e dos administradores da Organização Bradesco. No âmbito do referido compromisso, os administradores e funcionários da Organização Bradesco colocaram-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos às autoridades responsáveis pela condução da referida investigação, independentemente de intimação formal.

A Instituição efetuou rigorosa avaliação de todos os aspectos relacionados com o FIP ENSEADA, tendo encaminhado ao Ministério Público Federal o respectivo Relatório da Inspeção Interna, sem que tenha constatado qualquer desvio na atuação da empresa ou seus gestores.

Não obstante, seguindo recomendação dos seus assessores jurídicos, a Organização Bradesco entendeu conveniente acertar com a Fundação Petróleas de Seguridade Social "PETROS, a FUNCEF - Fundação dos Economistas, e a Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFAM, investidores do FIP Ensaeada, e com o Ministério Público Federal - Grupo de Trabalho - "Operação Greenfield", o pagamento integral dos valores investidos, no montante de aproximadamente R\$ 113 milhões, como forma de evitar desgastes e longas discussões de natureza judicial e administrativa.

Com o pagamento efetuado na data de 11 de dezembro de 2017, ficou liberada a caução de títulos públicos, prestada perante o Juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, que tinha finalidade garantir o pagamento de eventuais prejuízos de natureza civil suportados pelos investidores institucionais.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	49.015	34.290
Impostos e contribuições a recolher.....	4.161	4.324
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 20c).....	274	251
Total	53.450	38.865

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Provisão para participações nos lucros e resultados.....	31.234	23.442
Provisão para pagamentos a efetuar.....	16.894	26.783
Provisões fiscais (Nota 10b) (1).....	6.071	5.854
Outras provisões.....	1.369	-
Obrigações por aquisição de bens e direitos.....	344	292
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 10b).....	292	1.032
Total	56.204	57.403

(1) Conforme Carta-Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 190.000 mil (2016 - R\$ 167.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2017	2016	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	9.322.059	9.322.059	167.000	148.000
Aumento de capital com reserva AGO/AGE (1).....	-	-	23.000	19.000
Saldo em 31 de dezembro	9.322.059	9.322.059	190.000	167.000

(1) Em 30 de maio de 2017, o BACEN homologou a AGO/E de 28 de abril de 2017 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 23.000 mil, sem emissão de ações (em 20 de maio de 2016, o BACEN homologou a AGO/AGE de 29 de abril de 2016 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 19.000 mil, sem emissão de ações).

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Reservas de lucros	260.833	204.458
- Reserva legal (1).....	21.189	17.182
- Reserva estatutária (2).....	239.644	187.276

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião da Diretoria deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada semestre, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2017	2016
Lucro líquido.....	80.136	61.910
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(4.007)	(3.095)
Base de cálculo.....	76.129	58.815
Juros sobre o capital próprio (1) (2).....	-	22.000
Imposto de renda retido na fonte.....	-	(3.300)
Valor líquido a pagar	-	18.700
Dividendos propostos.....	761	-
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	31,8%
Valor em Reais por lote de mil ações	81,63	2.005,99

(1) Em 31 de dezembro de 2016 não houve distribuição de dividendos com base no resultado, devido aos juros sobre capital próprio distribuídos serem superiores ao mínimo obrigatório de 1%; e
 (2) Na Reunião da Diretoria de 29.11.2016 deliberou o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 22.000 mil efetuado em 5.12.2016.

13) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor de R\$ 275.017 mil (2016 - R\$ 172.449 mil) corresponde às receitas auferidas na gestão de recursos de terceiros, calculado com base em percentual definido em contrato de intermediação de negócios.

14) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Proventos.....	47.161	29.027
Participação dos empregados nos lucros.....	29.690	24.126
Benefícios.....	20.312	3.256
Encargos sociais (1).....	15.771	17.106
Treinamento.....	384	63
Total (2)	113.318	73.578

(1) Inclui Contribuição de Previdência Privada no montante de R\$ 4.607 mil (2016 - R\$ 4.290 mil); e
 (2) Inclui os efeitos do Plano de Desligamento Voluntário Especial (Nota 21c).

15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Comunicações.....	10.376	10.132
Processamento de dados.....	4.480	2.901
Serviços técnicos especializados.....	4.111	3.232
Propaganda, promoções e publicidade.....	3.082	1.972
Serviços de terceiros.....	2.744	2.506
Aluguéis.....	2.339	1.872
Viagens.....	1.145	1.154
Depreciações e amortizações.....	1.047	910
Contribuições filantrópicas.....	588	178
Transportes.....	573	456
Manutenção e conservação de bens.....	335	167
Despesas de material.....	306	195
Outras.....	2.555	2.401
Total	33.681	28.076

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Contribuição à COFINS.....	13.488	9.548
Impostos sobre serviços - ISS.....	5.416	3.369
Contribuição ao PIS.....	2.241	1.623
Impostos e taxas.....	1.221	1.216
Total	22.366	15.756

17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Reversão de outras provisões operacionais.....	1.127	130
Recuperação de encargos e despesas.....	35	1
Outras receitas financeiras.....	65	85
Total	1.227	216

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Patrocínio.....	1.112	490
Outras provisões.....	782	-
Despesas financeiras.....	618	654
Ressarcimentos a clientes (1).....	519	3.978
Provisões cíveis.....	327	611
Multas.....	243	-
Atualização de impostos e contribuições.....	216	-
Provisões trabalhistas (2).....	104	12
Outras.....	315	218
Total	4.236	5.963

(1) Ressarcimentos a clientes por perdas incorridas; e
 (2) Reclassificado para "Outras Despesas Operacionais" Conforme Carta-Circular nº 3.782/16 do Bacen.

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Controladores	Coligadas e Controladas	
2017	2016	2017	2016
Ativo			
Disponibilidades.....	321	-	-
Passivo			
Dividendos a pagar.....	761	-	-

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Controladores	Coligadas e Controladas	
2017	2016	2017	2016
Resultado			
Despesas de aluguéis.....	(1.537)	(21)	(764)
Juros sobre o capital próprio pagos.....	-	(22.000)	-
Despesas com serviços prestados.....	-	(13)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
 • O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 • A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 4.700 mil (2016 - R\$ 2.500 mil) para remuneração dos Administradores (proventos) e de R\$ 4.900 mil (2016 - R\$ 1.500 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida. Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Proventos.....	4.669	3.397
Total	4.669	3.397

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil			Saldo em 31.12.2017
	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização	
Provisão para participação nos lucros/bonificações.....	17.393	11.559	13.672	15.280
Provisões fiscais.....	1.734	87	-	1.821
Provisões civis.....	352	556	352	556
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	93	-	-	93
Provisões trabalhistas.....	71	56	37	90
Outros.....	489	1.860	489	1.860
Total dos créditos tributários (Nota 6b).....	20.132	14.118	14.550	19.700
Obrigações fiscais diferidas (Nota 11a).....	251	23	-	274
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	19.881	14.095	14.550	19.426

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2017 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
2018.....	10.490	6.415	16.905
2019.....	638	409	1.047
2020.....	536	347	883
2021.....	295	205	500
2022.....	211	154	365
Total.....	12.170	7.530	19.700

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2017 o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 19.328 mil (2016 - R\$ 11.467 mil) de diferenças temporárias. Todos os créditos tributários da BRAM foram devidamente ativados.

21) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A BRAM possui estrutura e governança de gerenciamento de risco própria, da qual participam membros integrantes da Organização Bradesco no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2017, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial (PDVE), ao qual puderam aderir os funcionários da Organização Bradesco que preencheram os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA

Antonio Marcos Sapata – Contador – CRC 1SP212776/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 14 de março de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DTVM.....	28
ELETROPOLULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A.	2
SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES.....	20

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

www. imprensaoficial.com.br

io ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo
www. imprensaoficial.com.br/ouvidoria.asp
(11) 2799 9687



BRAM - Bradesco Asset Management S.A.
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
 Empresa da Organização Bradesco

Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BRAM, maior gestora privada de fundos de investimento do Brasil, une a experiência de mais de 70 anos do Banco Bradesco aos seus especialistas na gestão de fundos e carteiras administradas. Oferece soluções de investimentos diferenciadas e adequadas a todos os perfis de clientes, garantindo o mais alto padrão de qualidade em serviços.

No encerramento do exercício de 2017, a BRAM possuía sob gestão R\$ 666.652,7 milhões distribuídos em 1.187 fundos de investimento e

216 carteiras administradas, atendendo um total de 3.295.548 investidores.

No exercício de 2017, a BRAM registrou Lucro Líquido de R\$ 80,1 milhões, correspondente a R\$ 8.596,38 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 450,8 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 17,76%. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

São Paulo, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2017	2016	2017	2016
ATIVO				
CIRCULANTE	541.141	446.938	92.663	66.134
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	321	-	92.663	66.134
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5)	512.230	420.384	761	-
Carteira Própria	512.230	420.384	53.176	38.614
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	28.590	26.554	38.726	27.520
Rendas a Receber	22.291	21.911	-	-
Diversos	6.299	4.640	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	16.938	17.675	17.752	30.134
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	16.938	17.675	17.752	30.134
Diversos	16.938	17.675	274	251
PERMANENTE	3.169	3.113	17.478	29.883
INVESTIMENTOS (Nota 7)	195	212	-	-
Participações em Coligadas e Controladas:				
- No País	73	90	-	-
Outros Investimentos	334	334	-	-
Provisões para Perdas	(212)	(212)	190.000	167.000
IMOBILIZADO DE USO (Nota 8)	1.520	1.715	260.833	204.458
Outras Imobilizações de Uso	7.660	7.401	-	-
Depreciações Acumuladas	(6.140)	(5.686)	-	-
INTANGÍVEL (Nota 9)	1.454	1.186	-	-
Ativos Intangíveis	5.863	5.018	-	-
Amortização Acumulada	(4.409)	(3.832)	-	-
TOTAL	561.248	467.726	561.248	467.726

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				
	2º Semestre 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2017	2017	2016	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.315	43.713	49.409	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	19.315	43.713	49.409	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.315	43.713	49.409	
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	47.752	102.626	49.260	
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 13)	143.402	275.017	172.449	
Despesas de Pessoal (Nota 14)	(64.353)	(113.318)	(73.578)	
Outras Despesas Administrativas (Nota 15)	(18.319)	(33.681)	(28.076)	
Despesas Tributárias (Nota 16)	(11.436)	(22.366)	(19.756)	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 7)	3	(17)	(32)	
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	943	1.227	216	
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(2.488)	(4.236)	(5.963)	
RESULTADO OPERACIONAL	67.064	146.336	98.662	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(3)	(3)	(7)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	67.064	146.336	98.662	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 20a e b)	(30.951)	(66.200)	(66.752)	
Provisão para Imposto de Renda	(20.585)	(35.560)	(24.730)	
Provisão para Contribuição Social	(17.366)	(30.640)	(42.022)	
Ativo Fiscal Diferido	7.623	(432)	8.348	
LUCRO LÍQUIDO	36.113	80.136	61.910	
Número de ações (Nota 12a)	9.322.059	9.322.059	9.322.059	
Lucro por lote de mil ações em R\$	3.874	8.596,38	6.641,25	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				
	2º Semestre 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2017	2017	2016	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	67.064	146.336	98.662	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	624	2.115	1.856	
Depreciações e Amortizações	532	1.047	910	
Despesas com Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	63	269	907	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(3)	17	3	
Perda na Alienação de Bens e Investimentos	-	-	7	
Outros	32	782	-	
Lucro Líquido Ajustado antes dos impostos	67.688	148.511	100.518	
(Aumento/Redução) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	(73.006)	(91.846)	(59.239)	
Derivativos	(73.006)	(91.846)	(59.239)	
(Aumento/Redução) em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(2.107)	(1.730)	(12.079)	
(Aumento/Redução) em Outras Obrigações	17.680	(1.803)	21.380	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(9.352)	(51.325)	(30.370)	
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	303	1.442	19.685	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Alienação de Imobilizado de Uso	-	-	3	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(249)	(275)	(367)	
Aquisição de Intangível	(156)	(846)	(414)	
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	(405)	(1.121)	(764)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	(19.052)	
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	-	(19.052)	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(102)	321	(145)	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	423	-	145	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	321	321	321	
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(102)	321	(145)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
 A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM" ou "Instituição") tem como objetivo praticar operações e atividades atinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros semelhantes, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionadas à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco "Organização", sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da BRAM evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31 de janeiro de 2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
 As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado
 O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários
 Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando data efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
 Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre as ações temporárias serão realizados quando da utilização das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.189/15, e retornará à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Investimentos
 Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

g) Imobilizado
 Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano, sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

h) Intangível
 Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Compostos por software, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil-estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Custos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
 Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são consideradas como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações Legais - Provisão Para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldo em 30.6.2017	190.000	19.383	205.680	-	415.063
Destinações - Reservas	-	1.806	33.964	36.113	36.113
- Dividendos Propostos	-	-	-	(35.770)	(35.770)
Saldo em 31.12.2017	190.000	21.189	239.644	-	450.833
Saldo em 31.12.2015	148.000	14.087	169.461	-	331.548
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12b)	19.000	-	(19.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	61.910	61.910
Destinações - Reservas	-	3.095	36.815	(39.910)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(22.000)	(22.000)
Saldo em 31.12.2016	167.000	17.182	187.276	-	371.458
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12b)	23.000	-	(23.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	80.136	80.136
Destinações - Reservas	-	4.007	75.368	(79.375)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(781)	(781)
Saldo em 31.12.2017	190.000	21.189	239.644	-	450.833

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

k) Outros ativos e passivos
 Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

l) Eventos subsequentes
 Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
 Em 31 de dezembro de 2017, corresponde a disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 321 mil.

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

Carteira própria	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
- Cotas de fundos de investimentos	512.230	420.384
Total	512.230	420.384

b) Classificação por categorias e prazos - distribuídas de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundos

Títulos (1)	2017			2016			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil (2)
Títulos para negociação: (3)	-	-	-	-	337.996	337.996	388.801
Letras financeiras do tesouro	-	40.732	8.979	288.285	162.579	162.579	26.500
Notas do tesouro nacional	162.579	-	-	11.484	11.484	11.484	4.934
Letras financeiras	-	-	-	-	171	171	149
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-
Outros	171	-	-	-	171	171	-
Total em 2017	162.579	40.732	8.979	299.769	512.230	512.230	420.384
Total em 2016	239.194	10.299	25.861	145.030	-	-	420.384

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento que incluem operações compromissadas realizadas pelos respectivos Fundos de Investimentos, foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido do fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação de categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) Do total aplicado no encerramento do exercício R\$ 512.059 mil (2016 - R\$ 420.235 mil) eram em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(3) Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(4) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados

...continuação



BRAM - Bradesco Asset Management S.A.
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
 Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 62.375.134/0001-44
 Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

d) A BRAM – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, subsidiária integral do Banco Bradesco S.A., bem como dois de seus administradores, foram mencionadas no âmbito da chamada “Operação Greenfield” da Polícia Federal, por terem exercido, respectivamente, a administração e a gestão do Fundo de Investimento em Participações – FIP Enseada. Além da disponibilização de documentos, a Justiça determinou, no curso da referida Operação, o bloqueio de valores. Por conta disso, foi firmado um Compromisso, homologado pelo Juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, para liberação dos valores mediante o oferecimento de garantias até R\$ 104 milhões, sem o reconhecimento de qualquer responsabilidade civil ou criminal por parte das empresas ou dos administradores da Organização Bradesco. No âmbito do referido compromisso, os administradores e funcionários da Organização Bradesco colocaram-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos às autoridades responsáveis pela condução da referida investigação, independentemente de intimação formal.

A instituição efetuou rigorosa avaliação de todos os aspectos relacionados com o FIP ENSEADA, tendo encaminhado ao Ministério Público Federal o respectivo Relatório da Inspeção Interna, sem que tenha constatado qualquer desvio na atuação da empresa ou seus gestores. Não obstante, seguindo recomendação dos seus assessores jurídicos, a Organização Bradesco entendeu conveniente acertar com a Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS, a FUNCEF – Fundação dos Economistas, e a Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. – AFEAM, investidores do FIP Enseada, e com o Ministério Público Federal – Grupo de Trabalho – “Operação Greenfield”, o pagamento integral dos valores investidos, no montante de aproximadamente R\$ 113 milhões, como forma de evitar desgastes e longas discussões de natureza judicial e administrativa. Com o pagamento efetuado na data de 11 de dezembro de 2017, ficou liberada a caução de títulos públicos, prestada perante o Juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, que tina for finalidade garantir o pagamento de eventuais prejuízos de natureza civil suportados pelos investidores institucionais.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	49.015	34.290
Impostos e contribuições a recolher.....	16.894	4.324
Provisão para impostos e contribuições diferidas (Nota 20).....	274	251
Total	53.450	38.865

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Provisão para participações nos lucros e resultados.....	31.234	23.442
Provisão para pagamentos a efetuar.....	16.894	26.783
Provisões fiscais (Nota 10b) (1).....	6.071	5.854
Outras provisões.....	1.369	-
Obrigações por aquisição de bens e direitos.....	292	292
Provisões civis e trabalhistas (Nota 10b).....	344	1.032
Total	56.204	57.403

(1) Conforme Carta-Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica “Provisões para Riscos Fiscais” foi reclassificada de “Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias” para “Outras Obrigações - Diversas”.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 190.000 mil (2016 - R\$ 167.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059 ações ordinárias, nominativas escritas, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2017	2016	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro.....	9.322.059	9.322.059	167.000	148.000
Aumento de capital com reserva AGO/AGE (1).....	-	-	23.000	19.000
Saldo em 31 de dezembro	9.322.059	9.322.059	190.000	167.000

(1) Em 30 de maio de 2017, o BACEN homologou a AGO/AGE de 28 de abril de 2017 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do lucro líquido residual após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião da Diretoria deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Reservas de lucros.....	260.833	204.458
- Reserva legal (1).....	21.189	17.182
- Reserva estatutária (2).....	239.644	187.276

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido residual após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião da Diretoria deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada semestre, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2017	2016
Lucro líquido.....	80.136	61.910
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(4.007)	(3.095)
Base de cálculo.....	76.129	58.815
Juros sobre o capital próprio (1) (2).....	-	22.000
Imposto de renda retido na fonte.....	-	(3.300)
Valor líquido a pagar	761	18.700
Dividendos propostos.....	1,0%	31,8%
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	31,8%
Valor em Reais por lote de mil ações	81,63	2.005,99

(1) Em 31 de dezembro de 2016 não houve distribuição de dividendos com base no resultado, devido aos juros sobre capital próprio distribuídos serem superiores ao mínimo obrigatório de 1%; e

(2) Na Reunião da Diretoria em 29.11.2016 deliberou o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 22.000 mil efetuado em 5.12.2016.

13) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor de R\$ 275.017 mil (2016 - R\$ 172.449 mil) corresponde às receitas auferidas na gestão de recursos de terceiros, calculado com base em percentual definido em contrato de intermediação de negócios.

14) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Proventos.....	47.161	29.027
Participação dos empregados nos lucros.....	29.690	24.126
Benefícios.....	20.312	3.256
Encargos sociais (1).....	15.771	17.106
Treinamento.....	384	63
Total (2)	113.318	73.578

(1) Inclui Contribuição de Previdência Privada no montante de R\$ 4.607 mil (2016 - R\$ 4.290 mil); e

(2) Inclui os efeitos do Plano de Desligamento Voluntário Especial (Nota 21c).

15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Comunicações.....	10.376	10.132
Processamento de dados.....	4.480	2.901
Serviços técnicos especializados.....	4.111	3.232
Propaganda, promoções e publicidade.....	3.092	1.972
Serviços de terceiros.....	2.744	2.506
Aluguéis.....	2.339	1.872
Viagens.....	1.145	1.154
Depreciações e amortizações.....	1.047	910
Contribuições filantrópicas.....	588	178
Transportes.....	573	456
Manutenção e conservação de bens.....	335	167
Despesas de material.....	306	195
Outras.....	2.555	2.401
Total	33.881	28.076

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Contribuição à COFINS.....	13.488	9.548
Impostos sobre serviços - ISS.....	5.416	3.369
Contribuição ao PIS.....	2.241	1.623
Impostos e taxas.....	1.221	1.216
Total	22.366	15.756

17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Reversão de outras provisões operacionais.....	1.127	130
Recuperação de encargos e despesas.....	35	1
Outras receitas financeiras.....	65	85
Total	1.227	216

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Patrocínio.....	1.112	490
Outras provisões.....	782	-
Despesas financeiras.....	618	654
Ressarcimentos a clientes (1).....	519	3.978
Provisões civis.....	327	611
Multas.....	243	-
Atualização de impostos e contribuições.....	216	12
Provisões trabalhistas (2).....	104	12
Outras.....	315	218
Total	4.236	5.963

(1) Ressarcimentos a clientes por perdas incorridas; e

(2) Reclassificado para “Outras Despesas Operacionais” Conforme Carta-Circular nº 3.782/16 do Bacen.

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

a) **Transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:**

	Controladores		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016	Coligadas e Controladas	2017
Ativo				
Disponibilidades.....	321	-	-	-
Passivo				
Dividendos a pagar.....	761	-	-	-

	Controladores		Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016	Coligadas e Controladas	2017
Despesas de aluguel.....	(1.537)	(21)	(764)	(1.819)
Juros sobre o capital próprio pagos.....	-	(22.000)	-	-
Despesas com serviços prestados.....	-	(13)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Atualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
 • O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 • A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 4.700 mil (2016 - R\$ 2.500 mil) para remuneração dos Administradores (proventos) e de R\$ 4.900 mil (2016 - R\$ 1.500 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Proventos.....	4.669	3.397
Total	4.669	3.397

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	4.900	4.803
Total	4.900	4.803

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
 a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuadas pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	146.336	98.662
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(65.851)	(44.398)
Participações em coligadas e controladas.....	(8)	(14)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indutíveis liquidas de receitas não tributáveis.....	(2.684)	(2.167)
Juros sobre capital próprio pagos.....	1.734	9.900
Outros valores (2).....	2.343	(73)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(66.200)	(36.752)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e

(2) Inclui basicamente as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(65.768)	(45.100)
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	(432)	8.348
Ativação do crédito tributário - Lei nº 13.169/15		
Adições temporárias.....	-	-
Total dos impostos diferidos	(432)	8.348
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(66.200)	(36.752)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	Saldo em		Saldo em	
	31.12.2016	Constituição	Realização	31.12.2017
Provisão para participação nos lucros/bonificações.....	17.393	11.559	13.672	15.280
Provisões fiscais.....	1.734	67	-	1.821
Provisões civis.....	352	566	352	556
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	93	-	-	93
Provisões trabalhistas.....	71	56	37	90
Outros.....	489	1.860	489	1.860
Total dos créditos tributários (Nota 0b)	20.132	14.118	14.550	19.700
Obrigações fiscais diferidas (Nota 11a).....	251	23	-	274
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	19.881	14.095	14.550	19.426

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2017 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2018.....	10.490	6.415	16.905
2019.....	638	409	1.047
2020.....	536	347	883
2021.....	295	205	500
2022.....	211	154	365
Total	12.170	7.530	19.700

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 19.328 mil (2016 - R\$ 11.487 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da BRAM foram devidamente ativados.

21) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.